



Agricultural Policies in OECD Countries: Monitoring and Evaluation 2007

Summary in Portuguese

Políticas agrícolas nos países da OCDE: Monitorização e Avaliação 2007

Sumário em Português

- *Políticas Agrícolas nos Países da OCDE* oferece estimativas actualizadas de apoio agrícola na área da OCDE, bem como uma análise das políticas agrícolas por país.
- O relatório mostra que embora o apoio estatal à agricultura na área da OCDE tenha diminuído desde os anos 80, permanece ainda substancial, ainda que com grandes variações entre países.
- O relatório examina igualmente alguns recentes desenvolvimentos significativos na política agrícola, incluindo as alterações à P.A.C. Europeia (Política Agrícola Comum) e revisões no Japão e Coreia, bem como possíveis desenvolvimentos na política agrícola dos E.U.A. e Suíça.

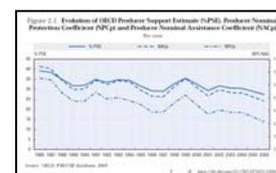
Em 2006, as políticas agrícolas foram implementadas num contexto geral de preços mais fortes a nível mundial no que respeita a mercadorias agrícolas e continua fraqueza do dólar americano. A nível interno, a reforma envolveu alguma separação de apoio posterior na União Europeia através do Esquema de Pagamento Único. A Coreia e o Japão acordaram recentemente medidas de reforma de políticas, enquanto que os Estados Unidos se encontram no processo de propor nova legislação agrícola para substituir a actual “Farm Bill”. Muitos países estão a desenvolver políticas para fomentar a produção de bio combustível. As negociações contínuas para a Agenda de Doha para o Desenvolvimento têm fracassado no que respeita a um acordo apesar das conversações contínuas e, como resultado, a situação da política comercial multilateral permanece amplamente inalterada.

Como quota das receitas agrícolas brutas, o nível estimado de apoio na área da OCDE (%ESP) diminuiu de uma média de 38% de receitas entre 1986-88 para 29% no período 2004-06. Em 2006, a % ESP era de 27%, uma queda de dois pontos percentuais desde 2005. No entanto, não se verificaram muitas alterações a nível do apoio aos produtores desde o final dos anos 90 em toda a área da OCDE. Recentemente, verificou-se um progresso na forma como os produtores recebem o apoio – através de uma alteração perceptível diversa das medidas associadas à produção de mercadorias específicas. No entanto, apesar da redução considerável, as medidas associadas à produção continuam a dominar o apoio aos produtores em muitos países. Igualmente, verificou-se um progresso limitado no que respeita a políticas direccionadas claramente para objectivos e beneficiários. Uma melhor focalização das políticas iria aumentar a eficácia no que respeita ao alcance dos objectivos internos, aumentar a eficiência e melhorar a transparência.

Apesar de alguma redução, a agricultura na OCDE continua a ser caracterizada por um elevado apoio

Em 2006, o apoio aos produtores na área da OCDE foi estimado em 268 mil milhões de Dólares ou 214 mil milhões de Euros para 27% das receitas agrícolas. Houve uma do apoio como parte das receitas agrícolas no período 2004-06, relativamente ao período 1986-88. Juntamente com apoio para os serviços gerais agrícolas, como a investigação, infra-estrutura, marketing e promoção, o apoio total ao sector agrícola (% EAT) foi equivalente a 1.1% do PIB da OCDE em 2004-06, tal é menos de metade da média de 2.5% do período 1986-88.

[Gráfico 2.1. Evolução na OCDE Estimativa de Apoio aos Produtores \(% EAP\), Coeficiente de Protecção Nominal \(CPN\) e Coeficiente de Assistência Nominal \(CAN\)](#)



Existem ainda grandes diferenças no que respeita ao nível de apoio entre os países

Embora o apoio tenha diminuído comparativamente ao período 1986-88, permanecem grandes diferenças ao nível de apoio entre os países. Entre 2004-06 o apoio aos produtores era de cerca de 1% das receitas agrícolas na Nova Zelândia e 5% na Austrália. Era de 14% nos Estados Unidos e México, 22% no Canadá, e 24% na Turquia. Com 34%, o nível de apoio na União Europeia era 5 pontos percentuais acima da média da OCDE. O apoio era de 55% das receitas agrícolas no Japão e mais de 60% na Islândia, Noruega, Coreia e Suíça.

O progresso da redução no nível de apoio permanece irregular entre os países

Desde 1986-88, o apoio aos produtores como a percentagem das receitas agrícolas diminuiu sobretudo no Canadá, México (desde 1991-93) e Nova Zelândia. Entre os países que mais apoio concedem, as maiores reduções ocorreram na Islândia, Suíça e Japão. O total de apoio à agricultura expresso como uma quota-parte do PIB diminuiu igualmente nos países da OCDE, embora a elevada quota-parte do apoio total na Turquia reflecta o amplo sector agrícola e o relativamente baixo PIB.

Foi realizado um grande progresso na alteração da forma como é concedido o apoio aos produtores

A quota-parte da maioria das formas de distorção de apoio à produção e ao comércio – as que se encontram associadas aos resultados ou entradas variáveis – diminuíram de 86% do apoio aos produtores em 1986-88 para 64% em 2004-06 na área da OCDE. É igualmente verificado uma diminuição no apoio ligado à produção (incluindo o apoio ao preço de mercado, reflectindo principalmente medidas de protecção de fronteiras) através de uma redução significativa no desfasamento entre os produtores internos e os preços internos (como medido pelo coeficiente de protecção nominal, CPN). Entre 1986-88, a média dos preços dos produtores da OCDE era 51% mais elevada que os preços de fronteira; entre 2004-06 o desfasamento era de 25%. As maiores reduções no desfasamento tiveram lugar na Suíça, Noruega e Islândia, no entanto, os preços dos produtores continuam a ser mais que o dobro que os preços de fronteira nesses países, tal como é também o caso no Japão e Coreia. As reduções na maior parte das formas de apoio distorcidas têm sido acompanhadas por aumentos em pagamentos baseados na área actual ou não-actual, número de animais, rendimentos ou investimentos. Nos últimos anos, os pagamentos que não requeriam qualquer produção tornaram-se mais importantes. A condicionalidade das condições, especialmente ambientais, está cada vez mais associada aos pagamentos.

Figura 2.2. Estimativa de Apoio aos Produtores por país

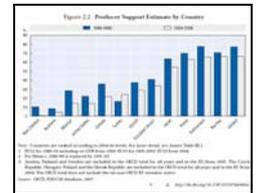
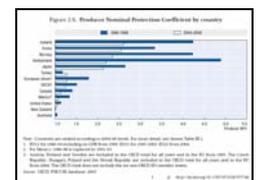


Figura 2.6. Coeficiente de Protecção Nominal aos produtores por país



A maior parte do apoio continua a ser para produtos específicos, mas as políticas que permitem maior flexibilidade aos produtores aumentam em grau de importância.

As transferências de mercadoria únicas (TMU) continuam a ser a componente mais importante da EAP, embora a sua quota-parte no total do apoio aos produtores tenha diminuído de 88% em 1986-88 para 64% em 2004-06. A redução de transferências centrada num único produto tem sido irregular entre as mercadorias. Enquanto que a quota-parte de TMU nas receitas de produtores relativas ao leite, ovos, cereais e sementes oleaginosas diminuíram para mais de metade, outros sectores tradicionalmente protegidos, como o arroz e açúcar registaram uma pequena queda (continuam a ser as mercadorias com maior percentagem de TMU e CPN). Ao longo dos anos, o apoio evoluiu para pagamentos orçamentais menos ligados à produção de um produto específico (e portanto, não no TMU), quer permitindo a um grupo de produtos (ou todos os produtos) a elegibilidade para um pagamento, quer não impondo requisitos de produção para a recepção dos pagamentos.

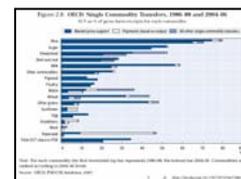
Durante 2005 e 2006 foi implementado um importante número de alterações políticas...

Em 2003, a implementação da reforma da Política Agrícola Comum continuou na União Europeia com a introdução do Esquema de Pagamento Único que se iniciou em 2005, e a extensão da reforma do sector do açúcar em 2006. Foi adoptada um novo Regulamento de Desenvolvimento Rural para o período 2007-13, com os países da U.E. a desenvolver os seus programas de implementação. A Islândia está a substituir gradualmente os pagamentos de leite baseados nos resultados por pagamentos por cabeça (2005-12). No Japão, foi estabelecido um novo plano para Alimentação, Agricultura e Áreas Rurais. Uma das suas características foi a introdução, a partir de 2007, de novos pagamentos directos conferindo maior flexibilidade aos produtores no que respeita a decisões de produção. A Coreia começou a implementar revisões na sua política de arroz que incluem a abolição da compra governamental e a introdução de pagamentos directos. A Suíça está a eliminar gradualmente o sistema de quotas de produção de leite.

... e novas alterações estão a ser consideradas

Os Estados Unidos estão no último ano do período de 2002-07 da lei “Farm Bill” e estão a caminho propostas para a nova “Farm Bill”. Na Suíça, as novas propostas de política agrícola para 2007-11 (AP 2011) implicam um posterior afastamento de medidas que apoiam os preços das mercadorias.

[Figura 2.8. OCDE:
Transferências de mercadoria
únicas por mercadoria](#)



As negociações comerciais agrícolas multilaterais continuam, no entanto um resultado de sucesso permanece pouco claro

A ronda de negociações comerciais da Agenda de Desenvolvimento de Doha (ADD) continuou sob os auspícios da OMC, mas não se chegou a qualquer conclusão, e aumentaram as negociações de acordos de comércio bilateral e regional. Um progresso nas negociações de comércio multilateral forneceria um incentivo acrescentado para uma posterior reforma agrícola.

© OECD 2007

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

